

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME II

LXV.
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1976

NOTA PRÉVIA SOBRE A PROPRIEDADE
CANAVIEIRA EM SERGIPE.
(Século XIX) (1).

MARIA DA GLÓRIA SANTANA DE
ALMEIDA

do Departamento de História e Filosofia Federal da
Universidade Federal de Sergipe.

Vivendo seus primeiros momentos, apoiada, principalmente, na criação de gado e lavoura de subsistência, a capitania de Sergipe del Rey não acompanhou a fase áurea da economia açucareira, que fez a riqueza e o progresso do Nordeste nos séculos XVI e XVII. Nessa época, nossas férteis planícies ribeirinhas e nossos sertões menos distantes eram ocupados, em sua maior parte, por pastagens cujas criações serviriam de alimento às zonas açucareiras vizinhas. Sobre Sergipe, no início do século XVII, o *Livro que dá razão do Estado do Brasil* ressalta:

“Esta capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia para os quais todos os annos vai muito gado tanto para comer como para o serviço criam-se nestes pastos (...) boas eguas e bons cavalos que dos do Brasil são os melhores” (2).

A localização de Sergipe, entre as duas grandes forças opositoras da Colônia, na primeira metade do século XVII, holandeses e portugueses, transformou-a em zona de destruição onde nem uns, nem outros desejavam ve-la florescer, para não servir de base de apóio ao inimigo

(1). — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(2). — *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Instituto do Livro. Ministério da Educação, 1960, Biblioteca Pública Estadual.

— “destruídos os gados que ficavam parte para os Portugueses parte para os Holandeses e o resto pelas onças de tal sorte, que era difícil cassar algum” (3).

Quando essas circunstâncias se alteraram, em fins do século XVIII, se iniciava a decadência da outrora florescente indústria açucareira do Nordeste, provocada tanto pela concorrência, cada vez maior, da produção das colônias européias nas Antilhas como, internamente, pela corrida do ouro das Minas Gerais, após sua descoberta em 1725.

Sergipe participou dessa nova atividade, não apenas fazendo explorações em seu próprio solo, em Itabaiana ou nas margens do rio São Francisco, como também fornecendo material humano que se evadia para as minerações ao sul, de promissoras reservas. Daí o retardamento do impulso agrícola sergipano. Somente a nova conscientização do valor da agricultura, que acompanhou o esgotamento das explorações mineradoras, trouxe-lhe os germes do seu primeiro desenvolvimento, a partir dos meados do século XVIII. Em 1775, já existia uma nítida diferenciação na ocupação da terra da capitania: os que habitavam no interior do seu território têm como atividade única a criação

“... de todo o gênero de gados”

e os que se estabeleceram nas proximidades do litoral

“... se empregão na cultura de mandiocas e de todo gênero de legumes com que fornecem esta cidade (Salvador) que sem elas não pode subsistir e também na fábrica de *alguns* (grifo nosso) engenhos” (4).

Na realidade, nessa época não era tão reduzido esse número de engenhos localizados nas zonas litorâneas. Anos antes — em 1756 representando um terço dos engenhos existentes na Bahia (5) — a Capitania de Sergipe contava com quarenta e seis unidades açucareiras (6) distribuídas pelas bacias hidrográficas do Real, Piauí, Vasa-Barris,

(3). — ———— Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional.

(4). — *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar*. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 22, 1910, pág. 290.

(6). — CALDAS (José Antonio), *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia...* Revista do I.G.H. Ba. — 57.

(5). — CALASANS (José), Professor da Universidade Federal da Bahia em palestra proferida no I Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — set. Aracaju.

Cotinguiaba, Sergipe, Japarutuba e São Francisco. Era a manifestação de um fenômeno de caráter nacional que, associando condições ambientais à conjuntura internacional beneficiária principalmente a produção agrária monocultora. Em outras regiões, como São Paulo também data da segunda metade do século XVIII o progresso da cultura canavieira (7). As dificuldades das Colônias Antilhanas e a abertura dos Estados Unidos como novo mercado, dentre outros fatores, trouxeram melhoria para o preço do açúcar e renascimento da produção. A permissão de navegabilidade sem que fosse em frotas, apesar de não alterar sensivelmente o quadro sergipano de exportação dos seus produtos, que continuaram a ser enviados para portos estrangeiros através da praça da Bahia, não deixou de reduzir a incerteza no cumprimento dos prazos para o seu embarque.



1. — *DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS CANAVIEIRAS.*

A extraordinária adequação do solo para o florescimento da cana, nas zonas dos cursos fluviais, possibilitou uma significativa produção de açúcar em Sergipe. Ao limiar do século XIX, definia-se a ocupação agrícola da região: Itabaiana vende cereais e algodão; Lagarto exporta gado; Campos vende couros e sola; e os vales da Cotinguiaba — Vasa-Barris e Piauí — se ocupam da lavoura açucareira. Afirma-se, deste modo, na Capitania, como em toda a Colônia, o mesmo processo de desenvolvimento da cultura canavieira ligada à faixa litorânea. Daí a produção alcançava mais facilmente os mercados da Bahia e da Europa, principais locais recebedores do produto sergipano.

Por enquanto, torna-se difícil aquilatar o número de propriedades canavieiras existentes na Província de Sergipe, até a segunda metade do século XIX. A falta de registro de terras, constando sua dimensão e a especificação da cultura a que se dedicam, restringe a possibilidade de construir uma tipologia agrícola da região, ressaltando a estrutura fundiária. Para superar essas limitações, valemo-nos das referências sobre o número de engenhos da Província, em determinadas épocas, como uma forma de inferir a orientação de certas áreas para o plantio da cana-de-açúcar. Isso se justifica pelo fato de que, a cada edificação de casa de moer canas, corresponde a existência de uma base física agrícola, capaz de satisfazer as suas exigências de matéria prima.

(7). — PETRONE (Maria Thereza Schorer), *A lavoura canavieira em São Paulo*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1968.

Assim, esboçamos uma primeira classificação das regiões canavieiras da Província, durante o século XIX:

1.1. — *Cinturão litorâneo e sublitorâneo meridional.*

A colonização se processara a partir do sul, pelas margens do rio Real, em terras que, pouco a pouco, iam sendo ganhas do silvícola pela força das armas e da persuasão. O povoamento das terras adquiridas cedo propiciou a criação da vila de Santa Luzia. No começo do século XIX, se estendia por dez léguas e englobava a povoação de Estância a duas léguas. Nessa área foram construídos vinte engenhos que conseguiam produzir quinhentas arrobas de açúcar (8). Marcos de Souza considera os seus terrenos impróprios para as canas, por serem arenosos. É em suas zonas baixas ou várzeas e nos

“pequenos altos ou outeiros e suas grotas que produzem canas” (9).

Mas, durante o inverno, as chuvas podem causar grandes danos pelo apodrecimento das plantas. Isto, porém, não restringiu a área de ocupação da cana-de-açúcar. Em 1823, o mapa dos engenhos da Província registra o nome de vinte e oito propriedades com máquinas de moer, pertencentes ao termo de Estância, entre as quais constam também nomes de engenhos tidos em 1837 como localizados em Santa Luzia. São propriedades próximas ao litoral, apenas uma distando cinco léguas do porto de embarque. Prodigiosamente, o número de propriedades cresceu na região. Estância e Santa Luzia possuem, conforme registro em 1837, quarenta e três e trinta e sete fábricas de açúcar, respectivamente (10).

Começos do

	<i>século XIX</i>	1823	1837	1856	1875	1881
Santa Luzia	20	—	37	70	30	—
Estância	—	28	43	65	—	55
Espírito Santo	—	—	—	7	—	58
Itabaianinha	—	—	—	56	50	62
Araúá	—	—	—	—	40	16
Santa Luzia	20	23	80	198	—	—

(8). — SOUZA (Marcos Antônio), *Memória da Capitania de Sergipe* — 1808. 2ª edição. Aracaju, 1944.

(9). — Ofício da Câmara de Santa Luzia ao Presidente da Província, 1836. Manuscrito. Pacotilha 33. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

(10). — Relação dos Engenhos pertencentes aos termos de Estância e Santa Luzia. Manuscrito 1837. Arquivo Público. Secção Sebrão Sobrinho.

Em 1856, a região conta com cento e noventa e oito engenhos, distribuídos entre Santa Luzia com setenta; Estância com sessenta e cinco; Itabaianinha com cinquenta e seis e Espírito Santo com sete.

Algumas Câmaras Municipais, informando, em 1875, sobre o número dos seus engenhos e a capacidade de sua produção, revelam o quadro da situação canavieira em suas respectivas áreas. Santa Luzia, naquele ano, possui trinta engenhos, distribuídos de tal forma que não divide sua área cultivável senão com a mandioca e outros poucos cereais, sem margem para a composição de nenhuma fazenda de criação. Em Arauá são arroladas quarenta máquinas de fazer açúcar e

“geralmente dedicam-se todos a cultura da cana”

Sem diversificação da sua atividade econômica, apenas dando margem a uma fazenda de criação, seria

“um dos municípios de maior indústria agrícola desta zona da Província” (11).

Já o Município de Itabaianinha engloba uma extensa área que possibilita a orientação diversificada da sua economia. Apesar de possuir, em 1875, cinquenta engenhos, conta também com quarenta e nove fazendas de gado.

Em terras mais afastadas do litoral, ficava a vila de Lagarto. Seria principalmente em seus solos localizados no Sul, e de onde se formariam os municípios de Buquim e Riachão, que se encontravam as melhores condições para o plantio da cana-de-açúcar. Apesar de, em 1808, Marcos de Souza associa-la à criação de gado, já em 1823 seu nome consta da relação de engenhos matriculados, com um total de doze engenhos. Possui então, as unidades açucareiras mais afastadas dos portos.

	1823	1837	1856	1875	1881
Lagarto	12	10	34	5	41
Buquim	—	—	—	22	—
Riachão	—	—	—	11	16
Simão Dias	—	—	—	3	6
Lagarto	12	10	34	41	—

(11). — Ofício do Presidente da Câmara de Arauá ao Presidente da Província. Manuscrito. 1875. Pacotilha 419. Arquivo do Estado de Sergipe.

Sem dúvida, esse afastamento prejudicou a comercialização do seu açúcar e a maior expansão do cultivo da cana em suas terras. Dois deles estavam a dez léguas do local de embarque. Entretanto, em 1846, verificou-se um sensível progresso da cultura da cana, quando Lagarto passou a ter trinta e quatro engenhos. Na segunda metade do século o desmembramento de Lagarto é responsável pela formação de novos municípios produtores de cana-de-açúcar nessa região da Província. Em 1875, Buquim possuía vinte e dois engenhos, Riachão contava com onze e Simão Dias com três. Em 1881, houve uma evolução desses números para quarenta e uma unidades açucareiras em Lagarto, dezesseis em Riachão e seis em Simão Dias (12).

1.2. — *O Vale do Vasa-Barris.*

As margens do Vasa-Barris localizava-se o único aglomerado da região, São Cristovão, com focos de cidade e capital, nos inícios do século XIX. Dominava uma região fertilíssima, com solos constituídos de excelentes massapês. Considera-se que o melhor testemunho de solo do Estado localiza-se aí, na zona da atual Itaporanga d'Ajuda (13). A generosidade do terreno se revelam na produção de oitocentas caixas que apenas dez engenhos conseguiam atingir (14). Aliás, o Pe. Marcos de Souza ressalta que esses engenhos com vinte cativos podiam chegar a uma produção que não o conseguiam

“... muitos ricos lavradores do Recôncavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos”.

Naquela ocasião, o escoamento da produção era amplamente favorecido pela navegabilidade do rio Vasa-Barris, que permitia o percurso de canoas até três léguas acima de Itaporanga. Em 1823, estão matriculados vinte e três engenhos, número esse que chega a quarenta e três em 1854.

	<i>Começos do século XIX</i>	1823	1854	1856	1875	1881
São Cristovão	10	23	43	4	10	13
Itaporanga	—	—	—	34	—	15
São Cristovão	10	23	43	38		28

(12). — Mapa estatístico dos engenhos pertencentes aos diversos municípios da Província de Sergipe. Manuscrito — out. 1881. Pacotilha 418. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

(13). — Entrevista com o engenheiro agrônomo José Luiz de Góis quando se tratou sobre estudos realizados pela SUDENE, sobre os solos de Sergipe. Ago. 1975. Aracaju.

(14). — SOUZA (Marcos Antônio), *op. cit.*, p. 16.

A transferência da Capital e a criação dos municípios de Aracaju, englobando terras de Socorro, e de Itaporanga logo depois, alteraram, em 1856, esse número para apenas quatro (15). Apesar disso, a cana é ainda a atividade agrícola de maior importância.

“Os lavradores deste município só dedicão-se a plantações de cannas... outros dedicão-se aos cereais que fazem o comércio externo e abastecem o povo” (16).

São duzentos e cinco sítios aí arrolados que garantem essa diversificação da atividade agrícola. A cultura da cana ainda se constitui uma atividade atraente para a região em 1881, época em que possui treze engenhos. Percebe-se, entretanto, que a criação de gado ganha terreno, como se pode constatar pelo número dessas propriedades em 1854 (doze) e o seu aumento para vinte em 1875 (17).

1.3. — *A Região da Cotinguiba.*

Sem dúvida, era a chamada região da Cotinguiba o maior depósito açucareiro da Capitania, a mais representativa dentre todas as que se dedicavam ao plantio da cana-de-açúcar. Desenvolvendo uma atividade agrícola que orientava sua produção exclusivamente conforme as solicitações do mercado estrangeiro, seus interesses mercantis eram bem acentuados. Por isso, várias vilas aí localizadas alcançaram um maior florescimento, favorecidas também pelo clima de urbanização que caracterizava a sociedade no início do século XIX. Era a produção da Cotinguiba que animava o comércio de exportação do açúcar da Província e tornava a sua barra a mais frequentada e de maior volume de vendas.

Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras, embora administrativamente fossem povoações do distrito de São Cristovão, ao início do século, sob o ponto de vista geo-econômico, se identificavam realmente com as áreas que compunham o chamado vale da Cotinguiba. Eram regiões de grande fertilidade e por todo o século se mantiveram como importantes centros açucareiros da Província. Principalmente Laran-

(15). — Relatório com que foi entregue a adm. da Província de Sergipe no dia 27 de fev. de 1856 ao Ilmo Sr. Dr. Salvador Correia de Sá Benvides pelo 1º Vice-Presidente Exmo Sr. Barão de Maruim. Relat. 835 — BPES.

(16). — Ofício da Câmara de São Cristovão ao Presidente. Manuscrito. 1856. Pacotilha 416. Arquivo do Estado de Sergipe.

(17). — Ofício da Câmara de São Cristovão ao Presidente da Província. Manuscrito. 1875. Pacotilha 419. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

jeiras, um dos mais florescentes, chegaria, em 1881, a englobar noventa e sete engenhos, a maior cifra da Província, naquele ano.

A área que mais se destacou como zona produtora, da Cotingui-
ba, nos inícios do século, foi Santo Amaro das Brotas. Compreendia
uma ampla região com quase doze léguas de extensão. Segundo Mar-
cos de Souza, era a

“mais famosa e rica de toda a Capitania” e os seus habitantes “vi-
viam pela maior parte da plantação de cana e manipulação de assu-
car em toda a sua extensão” (18).

Ao termo dessa vila, pertencia o maior numero de propriedades
canavieiras da Capitania e tambem povoações de representavel popu-
lação, tais como: Rosário do Saco, distante três léguas da de Santo
Amaro; missão de Japarutuba a sete léguas; Capela a oito léguas a
freguesia de Divina Pastora e São Gonçalo, distantes quatro léguas;
Pé do Banco, atual Sirirí, distante cinco léguas; sítio dos Enforcados
(Nossa Senhora das Dores), distante dez léguas; outra no Bom Jesus,
distante cinco léguas,

“... alem de outros lugares tambem notaveis” (19).

Mais tarde, cada uma delas, administrativamente desmembrada,
veio a constituir vila progressiva, graças à riqueza proporcionada aos
seus agricultores pela produção e comércio do açúcar.

	<i>Começos do século XIX</i>	1823	1856	1875	1881
Santo Amaro	40	104	10	—	10
Laranjeiras	—	144	73	52	97
Rosário	—	—	60	42	43
Riachuelo	—	—	—	35	—
Capela	—	—	130	61	82
Divina Pastora	—	—	57	—	66
Maroim	—	—	22	17	23
Japarutuba	—	—	—	35	43
Socorro	20	—	21	24	22
Itabaiana	—	13	29	16	14
Nossa Senhora das Dores	—	—	—	—	23

(18). — Souza (Marcos Antônio), *op. cit.*

(19). — Offício da Câmara de Santo Amaro ao Presidente. Secção de
Manuscritos. 1821. Arquivo Nacional.

Consideremos o quadro geral da intensidade da cultura da cana nessa zona da Cotinguiba. De uma relação de dezenove municípios da Província, dados em 1856, como dedicados à cultura da cana, oito se encontravam nos vales formados pelos rios Cotinguiba, Sergipe e Japarutuba. São setecentos e cinquenta engenhos na Província, dos quais quatrocentos e dois foram aí construídos. A modificação desses valores far-se-á em função, principalmente, da criação de novos municípios como Japarutuba e Riachuelo, desmembrados de Capela e Laranjeiras, respectivamente (20). Daí, em 1881, dos vinte municípios da Província que possuem engenhos, a metade pertence a essa região. Do total de setecentos e vinte e cinco engenhos estão distribuídos entre eles, 53,3% estão concentrados na zona da Cotinguiba.

Como um apêndice econômico e social da Cotinguiba, Itabaiana compreendia uma vasta região de dez léguas de comprimento e dezessete de largura. Uma parte do seu solo apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar e, em 1823 cedo, apareceram treze engenhos. Associava-se-lhe uma boa localização não muito afastada dos portos de embarque. Mas a Câmara em 1861 se expressaria sobre a pobreza do município formado de

“terrenos de catinga”

e sobre o reduzido número das suas propriedades canavieiras:

“A cana é cultivada em pequena escala pela impropriedade dos terrenos e a prova d'um ou outro engenho edificado n'elle bem no-lo demonstra; a excepção do districto de Santa Roza ainda da Cotinguiba cujos terrenos ainda são de massapê, tudo mais é desfavorável a este ramo de cultivo” (21).

Para uma época que assistira à expansão avassaladora da lavoura da cana-de-açúcar, não possuir solos propícios a essa cultura significava estar a região submetida a grandes restrições que dificultavam sua participação no processo de desenvolvimento da região. O número de seus engenhos continuaria a se fazer representar nos mapas da Província com vinte e nove, dezesseis e quatorze unidades açucareiras em 1856, 1875 e 1881 respectivamente.

(20). — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Sergipe — Alagoas. Obra conjunta dos Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística. IBGE. Rio de Janeiro, 1959, p. 335 e 428.

(21). — Ofício da Câmara de Santo Amaro ao Presidente. 1861. Pacote 416. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Avançando a cultura da cana de açúcar em áreas do médio curso do rio Sergipe, em 1881, introduziria o município de Nossa Senhora das Dores no cinturão açucareiro do vale da Cotinguiba. Contava nessa ocasião com vinte e três unidades de cana-de-açúcar.

1.4. — *A Região Sanfranciscana.*

Esta foi uma das mais tardias regiões a completar esse quadro das áreas que contribuíram para o florescimento de nossa economia açucareira, no século passado. As terras ribeirinhas do São Francisco, e mais próximas do litoral, compunham a chamada Vila Nova. Apesar de Marcos de Souza não considera-la associada à cultura canavieira. Já em 1823, ela contava com doze engenhos e, a sua desmembrada Propriá possuía nove delas (22).

	1823	1856	1881
Vila Nova	12	52	25
Propriá	9	23	11
Vila Nova	21	75	36

Evidencia-se, então, que somente nas primeiras décadas do século XIX a expansão das propriedades canavieiras alcançaria os limites da Província ao Norte. Em 1856, esses dois municípios reuniam setenta e cinco engenhos, a maior parte deles em Vila Nova. A grande adaptabilidade da cultura algodoeira nessa área foi uma das grandes responsáveis pela redução do número desses estabelecimentos em 1881, quando pouco mais da metade deixa de existir.

* *

*

2. — *ORIGEM DAS FAZENDAS DE CANA-DE-AÇÚCAR.*

As fazendas canavieiras tiveram em Sergipe del Rey uma origem que acompanhou o seu próprio movimento de colonização. Partindo da doação de trinta e duas léguas de costa que o Rei da Espanha fizera a Cristovão de Barros Cardoso, para as vender a repartir com colonos, a ocupação das margens do rio Real em fins do século XVI estendeu-se às do Piauí e, em seguida, do Vasa Barris. O elemento colonizador, arregimentado, em sua maior parte, na Bahia, foi to-

(22). — Cópia da Matrícula dos Engenhos desta Província. 1823. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

mando posse das áreas banhadas por esses rios, através de doações de sesmarias. Já em junho de 1602, Baltazar Ferraz solicita lhe sejam dadas em sesmaria duas léguas de terra,

“... medidas pelo dito rio de Sergipe hua legoa da outra banda ficando em meo a dita ribeira para nela fazer engenho ou engenhos de asucar *que nella não há.*”

Mas, logo em agosto do mesmo ano, nova solicitação de

“... tres leguas de terra que se mendiram da cotindiba asima da banda do norte legoa e meia da banda do sul...”

tambem com a finalidade de fazer engenho, foi feita por Gaspar Damorim e Manoel Tomé (24). Passados alguns anos, os colonizadores

“... fabricarão quatro engenhos e efetuarão quatro centos currais de gado...” (25).

Por quase dois séculos, as terras obtidas por essas doações oficiais estiveram orientadas, em sua maioria, para a lavoura de subsistência e criação de gado. A expansão das superfícies ocupadas pela propriedade canavieira, a partir do século XVIII, se fez principalmente nessas primitivas terras de sesmarias, localizadas nas margens dos rios, ou em lugares propícios ao cultivo da cana-de-açúcar e com relativa facilidade de escoamento da produção, uma vez que o açúcar está condicionado a alcançar os mercados estrangeiros. No século XIX, constituir fazendas de canas por obtenção de sesmaria era tanto mais difícil, quanto as zonas de solo mais favorável à cultura já estavam ocupadas. Entretanto, em 1880, o capitão João Barbosa de Madureira, na lagoa do Pia, junto ao rio Salgado, recebe

“três léguas de comprido” (26).

(23). — FREIRE (Felisbello), *História de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1891. Apêndice Sesmarias de Sergipe, p. 395.

(24). — *Ibid.*, p. 398.

(25). — ———— Seção de Manuscritos — Biblioteca Nacional

(26). — FREIRE (Felisbello), *História Territorial do Brasil*, 1º vol. Typografia do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 1906.

A Assembléia Provincial examina, em 1836, sobre a concessão de três léguas de terras em sesmaria ao Coronel João de Aguiar Caldeira Boto (27).

As áreas onde primeiramente se processou a colonização, logo cedo não dispunham de terras devolutas para serem distribuídas entre cultivadores da região ou colonizadores a serem admitidos. Em 1829, a Câmara de Santa Luzia e Estância declaram não dispor de

“terras devolutas donde se possam tirar sesmarias” (28).

Nesse mesmo ano, outras Câmaras respondem igualmente sobre a inexistência de terras a serem doadas em suas respectivas vilas. Lagarto não as possui

“... e as que são capazes d'Agricultura, que já são diminutas, não podem ser bastantes para os Povos, que há neste território” (29).

Santo Amaro, Propriá, Itabaiana se pronunciam da mesma forma. São Cristóvão ressalta que

“... no curto espaço de nosso termo há um grande número de Povos a quem falta terreno para plantações de particulares que todos tem a seu favor o direito de propriedade... e está a parte fértil cultivada de cannas por haver grande número d'Engenheiros e outras plantações; e a parte estéril que hé a maior está assim mesmo occupado com fazendas de gado e tem igualmente diferentes Proprietários” (30).

Em verdade, a grande maioria das propriedades canavieiras existentes no século XIX se formaram da subdivisão das semarias, por herança, por venda ou por doação de qualquer natureza, por aforamento, etc. A posse de terra, sem base legal, não deixou também de se fazer representar, como um dos tipos de formação das propriedades de cana-de-açúcar de Sergipe. Em 1827, a Câmara de Estância informa que muitas das suas terras

(27). — ————— *Noticiador Sergipense*. Aracaju — mar. 22, 1836 — nº 94, p. 2.

(28). — Ofício da Câmara de Santa Luzia e Estância ao Presidente da Província. Pacotilha 33. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

(29). — Ofício da Câmara de Lagarto, *pacotilha cit.*

(30). — Ofício da Câmara de São Cristóvão, *ibid. pac. cit.*

“... se achão com seus Proprietários e por estes agricultadas, e estes mesmos dependem de muitas dúvidas sobre posses e por isso grandes demandas pendem” (31).

Proprietários havia que pagavam foro pelas terras onde plantavam a cana e erigiam o engenho. Em 1829, o coronel Domingos Dias Coelho e Melo torna-se “enfiteuta” do engenho *Quidongá*, que pertencia à Associação Carmelita Calçada de São Cristovão (32). Em 1836, Pedro Muniz Teles Barreto, proprietário dos engenhos *Cruz* e *Alagoa*, em Itabaiana, pretende arrendar um deles. A partir da década de 40, a documentação dispersa a respeito dos engenhos revela que a maior parte da transferência de propriedades se faz em termos de compra e venda ou de herança. A compra podia complementar uma parcela ganha por herança: o engenho São Miguel

“havido por herança da sogra D. Rosa de Serqueira Dantas em 1823 e parte por compra aos cunhados” (33).

O Várzea Grande, também em Estância, é outro desses exemplos.

A falta de capitais para a manutenção da propriedade e dos seus senhores era, algumas vezes, o motivo da decisão a que era levado o proprietário de vender parte de suas terras. Documentos vários revelam denominações de “sítios”, sendo aplicadas as terras desmembradas de engenhos. Sítios se formaram do desmembramento da Comendaroba, do Tartaruga, do Maria Teles, etc.

Se as proporções o permitissem, muitos deles davam origem a novos engenhos, como o Boa Sorte, que se formou de terras do engenho Canabrava. Geralmente recebiam os nomes seguidos das expressões Novo, Velho, Baixo, de Cima, etc. Temos inúmeros deles, em terras sergipanas: Maruim de Baixo — Maruim de Cima, Catete Novo, Catete Velho, Mato Grosso de Baixo, Mato Grosso de Cima, Periperí Novo — Periperí Velho, etc. Se não chegassem a erigir novos engenhos, passariam a plantar canas que seriam moidas por engenho vizinho, geralmente da família; o sítio “Outeiros”, vizinho ao Maria Teles, em Maruim, teria essa origem.

A imposição de partilha sucessória seria uma grande responsável pela extrema mobilidade da estrutura fundiária canavieira. Se uma propriedade tinha uma dimensão que lhe permitisse a divisão entre her-

(31). — Ofício da Câmara de Estância, *pac. cit.* 1827.

(32). — Engenhos. Pacote de documentos diversos sobre engenhos da Província existentes no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju.

(33). — Aracaju. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Pacotilha 843.

deiros, seria essa solução preferível à da indivisibilidade, pelos transtornos que nesse caso, sem dúvida, as exigências de cada um não deixariam de ocasionar, ou pela má administração dos bens por diretores incapazes. Considerando os vários testemunhos de propriedades em mãos de um mesmo grupo familiar, julgamos que a partilha não se processava, em muitos casos, quando o seu tamanho já não permitia a rentabilidade desejável a uma cultura de natureza devoradora de terras. Daí o recurso para a preservação do conjunto agrícola em mãos de família, cujos membros possuíam seus quinhões herdados. A partir da terceira década do século XIX, certamente também pela excessiva multiplicação dos engenhos nas áreas já ocupadas, as propriedades aí constituídas adotaram a manutenção do sistema de exploração sob um grupo parental. Foi o caminho que se lhes abriu para não transformar antigos engenhos de força regular em simples “sítios”, fornecedores de canas a outros engenhos. Manter-se-ia a unidade dos bens e o padrão social que a atividade imprimia, já que muito raramente um grupo ligado à sociedade açucareira poderia optar por plantações de cereais ou algodão. Dentre outros, são engenhos que estão em mãos de vários herdeiros: *Prazeres, Campo Grande, Calumby, Mata*. Quatro irmãos possuem o *Tramandahy*. A testamentária do *Limoeiro* deixa-o para os seus sobrinhos, cabendo ao testamentário, irmão dos outros, ficar na posse dos bens com obrigação de satisfazer com dinheiro os herdeiros na parte que lhes pertencer. Este engenho já lhe pertencia em associação com seu irmão Felipe de Faro Menezes (34). Esse sistema de “quinhões” tem-se revelado a forma mais aplicada em terras de cana-de-açúcar, nos meados do século XIX.

Alterava-se constantemente a distribuição da terra ligada à cultura canavieira. Em 1848 por leilão de arrematação, o engenho *Pombinho*, de propriedade de José Pinto de Carvalho, passou para as mãos do coronel João Gomes de Melo, e, logo depois, já se encontra, pelo mesmo processo, em mãos do coronel José Sutério de Menezes. Por arrematação, o engenho *Pedras* em 1875 escapa das mãos dos Roemberg para as do Barão de Propriá. Por qualquer dessas formas de transferência, tanto se poderia levar a propriedade a uma extrema fragmentação, como a uma aglutinação de lotes. Subdividida por herança, uma propriedade que se preservava pelo processo de indivisão de quinhões em mãos de familiares, pode, pouco a pouco, por compra dos lotes, recompor sua unidade em poder de um só proprietário. Inúmeras são as evidências desse processo que permite aos mais prósperos poder dispor de capitais capazes de lhes permitir tal investimento. A partir da década de 40 esse movimento de aglutinação de lotes tornara-se indispensável para a preservação de unidades de produção açu-

(34). — *Maruim*. Testamentos e Inventários. Engenho Limoeiro.

careira, já por si pouco extensas, pelas sucessivas fragmentações que se vinham efetuando, através dos processos anteriormente citados. Podemos nos aperceber do grau desse esfacelamento das propriedades até meados do século XIX, pela análise da evolução do número de engenhos da Província. Os trezentos e quarenta e sete (35) engenhos erigidos nas suas zonas litorâneas, em 1823, dão lugar, em 1856, a setecentos e cinquenta (36) unidades açucareiras, em grande parte distribuídas naquelas mesmas áreas que ofereciam as melhores condições para o plantio da cana-de-açúcar. Significa que, em apenas trinta e três anos, a Província ultrapassou o dobro do número de engenhos construídos em seu solo. Nessa ocasião está bem marcada a orientação da agricultura sergipana para a cultura canavieira já que conta com setecentos e cinquenta e três engenhos, oitenta e nove fazendas de criação de gado, catorze fazendas de plantadores de café e cento e trinta e oito alambiques.

Nos meados do século, ter uma propriedade grande em terras propícias à lavoura da cana, significava a possibilidade de maiores lucros, erguendo um outro engenho. Em anúncio da venda do Engenho Nossa Senhora do Desterro do Rio Comprido, nas proximidades de São Cristovão, há destaque especial para essa qualificação —

“... o engenho compreende entre grande porção de terras que dão mui bem para se levantar huma outra propriedade independente” (37).

Não temos condições de determinar a intensidade da ocorrência de “partidistas” em Sergipe, como aquele grupo que possuindo terras próprias e não tendo onde moer as canas nelas plantadas recorriam ao engenho próximo. Proprietário de terras em Vila Nova, em requerimento, utiliza essa expressão

“... dentro de um grande partido de cannas do suplicante de melhor de 30 tarefas...” (38);

para se incluir entre os simples plantadores de cana-de-açúcar. Entretanto, documentos como a inscrição de terras em Maruim, Laranjeiras,

(35). — Cópia de matrícula dos engenhos, *op. cit.*

(36). — Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 27 de fev. de 1856... *op. cit.*

(37). — ————— *Correio Sergipense*. Aracaju, abr. 22 — 1842 — Biblioteca Pública Estadual. Nota de venda de um engenho.

(38). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado de Sergipe — Requerimento ao Presidente por senhor de engenho. Pacotilha 847.

Estância e diversos inventários, frequentemente se referem a “sítios”, onde se plantam canas e utilizam os engenhos dos vizinhos para moelas. Em 1864, Antônio Travassos oficia ao Presidente da Província sobre o vale do Japarutuba, onde existam cento e vinte engenhos

“... muitos deles possuídos por mais de um proprietário e quase todos conservão ilimitado número de plantadores sendo a estes que vulgarmente na Província se dá o nome de “lavradores” (39).

A ambiguidade da expressão que também se aplica àqueles de pequenas roças de produtos de subsistência, dificulta a obtenção de dados precisos sobre a extensão dessa atividade ligada à cana, e que aos engenhos propiciou condições para que pudessem reduzir suas dimensões, sem prejuízo da utilização do maquinário que tinham implantado. Em recenseamento de Santo Amaro, apresentando pelo presidente Sá Benevides em 1856, aí existem dez engenhos, três alambiques, cinquenta e quatro sítios de lavoura. Sem dúvida, neste número de propriedades incluem-se os mais diversos tipos de culturas. Em 1874, a Câmara de Santa Luzia é clara quando, referindo-se ao número dos seus engenhos, acrescenta que tem o município

“... cerca de duzentas herdades, ou pequenos sítios, cujos possuidores não plantão uns mais do que alguma mandioca — algum café, outros alguns feijão, milho, mamona, arroz, côcos, etc. que constitue a produção da pequena lavoura” (40).

Em registro de terras de Estância também há muitas referências a sítios de terras anexas a engenhos: o Boa Hora de Santa Ana de Indiaroba os possui, como também o Vargem Grande, o Passagem etc. Isso caracteriza as limitações de uma análise sobre terras que, com a mesma denominação, poderiam estar plantadas com canas ou não.

* *

*

3. — ORGANIZAÇÃO INTERNA.

Para constituir uma propriedade canavieira, tinha-se que considerar todos os elementos que possibilitassem a rentabilidade do inves-

(39). — Ofício de Antônio Travassos ao Presidente da Província. 1864.

(40). — Ofício da Câmara de Santa Luzia ao Presidente. 1874. Arquivo Público do Estado. Pacotilha 418.

timento. A associação que se convencionou fazer, entre a fazenda de cana com engenho e uma grande porção de terrenos, é uma decorrência dos requisitos básicos necessários para que ela atingisse uma produção satisfatória.

Orientada para tal atividade, a propriedade deveria dispor, além de uma boa proporção de terras próprias para o plantio da cana, de abundantes recursos de água, de uma boa quantidade de matas e de áreas que permitissem a pastagem dos animais. Incluir ainda um pedaço de terra para o cultivo de produtos de subsistência era uma garantia para a alimentação do elemento humano que a compunha.

Considerando a pequenez do território sergipano e, em particular, das áreas litorâneas, ocupadas, no início do século XIX, por considerável número de fazendas de cana-de-açúcar, acreditamos ter havido, aqui, desde muito tempo, uma quebra de relação entre a propriedade de extensas áreas e esse tipo de cultura. Uma análise sobre as doações de sesmarias em terras sergipanas, nos fins dos séculos XVI e XVII, transcrita por Felisbello Freire (41), revela que, dessas duzentas e onze cartas de entregas a sesmeiros, cento e oitenta não ultrapassam a dimensão de uma légua em quadro. É verdade que quando a terra deveria ser orientada para o estabelecimento de um engenho, logo suas dimensões se tornavam maiores. É o caso de oito pedidos de terras para engenho que, naquela época, são atendidos com a entrega de uma a três léguas de terras (42).

Se atentarmos ao longo do processo de fracionamento dessas primitivas propriedades, que certamente não deixou de ocorrer por força da intensificação do movimento das zonas litorâneas, da maior demanda das terras aí localizadas e, principalmente, dos estímulos sobre a produção açucareira, havemos de convir que, no início do século XIX, as propriedades canavieiras da Capitania deveriam estar longe de constituir uma unidade com grandes dimensões. Nesse tempo, as terras obtidas por concessões de sesmarias já tinham passado quase dois séculos, pelo regime de partilhas sucessórias ou de venda de parcelas. Tanto mais que a zona litorânea, onde primeiramente se ergueram os engenhos, era justamente aquela que se dedicava à produção de gêneros de subsistência, que alimentavam a cidade da Bahia e os pequenos centros de povoamento sergipano. Essas unidades de produção não careciam de grandes dimensões de terras para se desenvolver.

(41). — FREIRE (Felisbello), *História de Sergipe, op. cit.*, Sesmarias de Sergipe.

(42). — *Ibid.*

A fragmentação gradual das terras de engenho até a metade do século XIX, em parte se tornou praticável, em vista da disposição dos nossos proprietários visando a reduzir ao máximo as áreas de aproveitamento da propriedade. Com tal procedimento, provocaram resultados quase sempre danosos, já que significou muitas vezes a dispensa da associação de um engenho a seus elementos constitutivos, principalmente, matas, causando o encarecimento da madeira, pela sua quase inexistência em zonas próximas aos engenhos e a necessidade de importá-la de outras regiões. Em todo caso, o desmatamento das zonas litorâneas pela ação destruidora dos cultivadores, que queriam erguer novos engenhos, ocasionou a prodigiosa expansão das áreas dedicadas ao cultivo com a cana-de-açúcar.

O maquinário do engenho era custoso e de pequena capacidade. Uma terra de grande fertilidade tinha condições de atendê-lo plenamente sem grandes extensões dos canaviais. Do número de engenhos, erguidos em onze municípios sergipanos, e da produção de cada um em 1875, podemos constatar que o maior número dessas máquinas de moagem de cana eram acionadas por animais e produziam em média de 2.000 a 5.000 arrobas (43).

A conjuntura favorável para o açúcar da Província, na primeira metade do século XIX, e a incapacidade das condições técnicas de o engenho absorver uma maior quantidade de canas, contribuíram para a subdivisão das propriedades e a construção de mais engenhos, muitas vezes em mãos do mesmo proprietário. Certamente para compensar o baixo rendimento dos engenhos de pequena dimensão que então se formaram, os proprietários que dispunham de algum numerário, compravam um novo engenho. Como pudesse haver dificuldade de conseguir terras em áreas vizinhas ao seu engenho, já em funcionamento, o proprietário tinha que procurar aplicar seus capitais e fazê-los render com a aquisição de outras unidades açucareiras independentes. Poderíamos ainda tentar explicar essa pulverização de engenhos isolados em mãos de um mesmo proprietário, como uma tentativa de alcançar maior projeção social e política pela diversificação de sua área de influência, ou de arriscar menos a produção da propriedade em zonas de condições climáticas diferenciadas. A transmissão da propriedade por herança poderia ser também o motivo da existência desses vários engenhos em uma única mão. De Domingos Dias Coelho dizia-se que possuía mais de oito engenhos. O cap. José Calazans Bittencourt tinha três, dois deles em Santa Luzia e um em Itabaiana, em associação com seu irmão. Joaquim José da Silveira possuía em Ita-

(43). — ARACAJU — Arquivo Público do Estado de Sergipe — Câmaras Municipais — Pacotilhas diversas.

baiana três engenhos. O Barão de Japarutuba é proprietário de outros três na zona da Cotinguiba, etc.

O solo extremamente fértil do litoral da província possibilitou um equilíbrio da produção açucareira, em reduzida extensão da sua área de cultivo. Possuindo, em 1872, mais de oitocentos engenhos, dizia o Presidente Álvares d'Azevedo que estão

“... quase acumulados uns sobre os outros” (44).

Para se adaptar às restrições de tamanho, a fazenda de cana em Sergipe teve que adotar soluções que a tornassem uma empresa econômica com o mínimo espaço possível. Foram os elementos que compartilham das terras com a cana-de-açúcar — matas, pastos e roças — que tiveram de ser sacrificados para o avanço das suas plantações. Em 1850, o proprietário do Engenho Flor de Maroim ressalta que a sua propriedade de engenho

“... tem mui pouco limite e estende o seu terreno quase todo ocupado com plantações e pasto não tenho podido conceder moradas aos poucos moradores que nelle rezidem” (45).

As melhores áreas de uma propriedade estavam destinadas à formação do canavial. Constituíam as terras negras e fortes classificadas como massapês e os “selões”, terras vermelhas, capazes de poucos cortes. Nosso solo era reconhecimento tido como

“ubérrimo” “... cultivado em uma diminuta extensão de sua pequena área (grapo nosso), produz mais do que produzem outras Províncias em extensão mais dilatadas” (46).

Essa reconhecida fertilidade agia sobre a grande fragmentação da propriedade canavieira na primeira metade do século XIX.

O plantio do canavial se verifica em julho e agosto. Com um ano, a planta está em pleno amadurecimento e capaz de ser cortada para ser levada à máquina de moagem. Sem que seja preciso nova planta,

(44). — Relatório apresentado à Assembléia Provincial pelo Presidente Luiz Álvares d'Azevedo — mar. 4 — 1872. Biblioteca Estadual.

(45). — ARACAJU — Arquivo Público do Estado de Sergipe. Ofício de proprietário de engenho. 1850. Pacotilha 1850.

(46). — Relatório apresentado à Assembléia Provincial pelo Presidente Luiz Álvares d'Azevedo... *op. cit.*

“a raiz torna a rebentar e no segundo anno se faz outro corte a que chamam sócca”. Assim sucessivamente, “... o mesmo canavial produz dez e doze e mais resoccas, quando as cannas não murcham se seccam pe'lo rigoroso verão” (47).

Em 1849, em visita aos grandes centros produtores, Evaristo da Veiga se admira com aquelas verdadeiras planícies de canaviais que, contudo perder o terreno sua força produtora (48).

Considerando a área reduzida dos nossos engenhos, podemos aqui em alguns lugares, se prestarão ao corte de oito, dez e doze vezes, sem latar o quão restritas devem ter sido as terras suficientes para o plantio da cana. Agravando mais ainda essa limitação de área disponível, vemos os processos e técnicas aplicados nas propriedades canavieiras como os mais ineficientes e depredadores possível. Métodos destrutivos acompanhavam o trabalho dos campos, desde a preparação do solo, com desprezo pela preservação das suas qualidades, até a colheita do caule e obtenção do açúcar.

2.1. — *A presença de água.*

Ao nível da importância com a categoria dos solos, a existência das águas numa propriedade canavieira era fator determinante quando da escolha da área para sua formação. As sesmarias distribuídas nos séculos XVI e XVII posicionavam os rios como o marco mais importante da terra. Daí podermos agrupá-las de acordo com a indicação dos rios onde se localizavam.

O papel imprescindível das águas numa fazenda de açúcar advem dos fins a que se destinavam. Gilberto Freire considera os rios menores os fixadores da colonização

“tornando possível a sedentariedade rural”.

Foram os cursos de água, reduzidos, mas constantes, que

documente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar”.

De uma relação de quarenta e três engenhos, situados em Estância, no ano de 1873, quarenta e um estão às margens de rios. Se a

(47). — SOUZA (Marcos) ... *op. cit.*

(48). — Relatório apresentado pelo presidente Evaristo da Veiga. 1849. Relatórios 98. Biblioteca Pública Estadual.

quantidade de água fosse suficiente para poder ser utilizada como força motriz, aí surgiria um engenho de água. Se não, carecia-se da sua presença como insumo para a produção açucareira. Sua grande importância residia também no papel de veículo de circulação dos produtos: ainda por transformar-se — a cana; o combustível indispensável — a lenha; o produto acabado — o açúcar.

Uma barca ordinária, com cinco homens, podia conduzir, de uma só vez,

“... 20 caixas de assúcar, que serão necessárias 120 bois e 40 pessoas para a condução por terra” (49).

Alem de permitir o transporte de um maior volume da produção com menor dispêndio, a utilização das vias fluviais para o escoamento da produção revelava-se quase que a única praticável, considerando que as estradas

“existem em hum estado tal, que muitíssimas vezes nellas sucumbem os mesmos animais que os conduzem, e com isso se deteriorão as suas mercadorias” (50).

Durante todo o século, vozes são unâimes em apontar a impraticabilidade da utilização das nossas estradas como fator das crises que atingem a produção açucareira. Resulta maior, então, a importância das vias fluviais como meio de comunicação e transporte.

Muitos engenhos tinham condições de possuir seus portos particulares, por estarem privilegiadamente localizados às margens de rios largos e de grande acessibilidade. Da relação de engenhos estancianos, três possuem portos de embarque em suas propriedades. O caso de Maruim de Baixo é significativo, porque, pela sua excelente localização, originou a cidade do mesmo nome. A situação dos engenhos de Laranjeiras, sob esse aspecto, se revela singular. De quarenta e nove engenhos existentes em 1838, este possuiem porto próprio, quinze estão a uma distância inferior a meia légua, enquanto onze distam uma légua e catorze estão afastados duas léguas do porto. Os dois mais distantes não ultrapassam as três léguas.

(49). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado de Sergipe. Relatório do Engenheiro João Bloem ao Presidente da Província. Pacotilha 847.

(50). — Falla com que o Presidente Bento de Mello Pe-eira abriu a 3ª sessão ordinária da 1a. legislatura desta Província. II 1908 — 1a. parte. jan. 1837. Arquivo Nacional.

Como força motriz, a água foi sempre muito pouca utilizada pelos engenhos da Província. Em 1889 de um total aproximado de setecentos engenhos, apenas vinte e quatro eram impulsionados por força hidráulica. Com a interiorização das áreas canavieiras e as constantes variações climáticas que os tornavam bastante precários nos períodos de seca, continuou a persistir o predomínio de máquinas movidas por animais, e, no último quartel do século XIX, foram introduzidas a vapor. Os engenhos de animais, apesar de moerem menos, evitavam a estreita exigência de água e sua oscilação anual que, como já dizia Fernão Cardim,

“... às vezes lhes falta” (51).

As facilidades que um curso d'água podia oferecer, algumas vezes, erram responsáveis pelo surgimento de novos engenhos ou soerguimento de outros. Daí as terras ribeirinhas serem disputadas palmo a palmo pelos proprietários que queriam estender seus canaviais ou erigir novos engenhos, tanto pela sua maior fertilidade, quanto pela disponibilidade de água. Fato característico encontramos nas margens do Japarutuba, quando, a partir de 1858,

“... depois que o Engenheiro Bloem o limpou ainda que imperfeitamente, levantarão-se muitos engenhos, animarão-se outros abandonados e reparão-se os que caminhavão para a decadência” (52).

Quando a economia açucareira foi atingida pelos desníveis de produção, ou pelas oscilações do mercado externo, provocando a retração das superfícies de cultivo, seriam os vales fluviais que manteriam os limites físicos marcados pelas condições naturais que haviam comandado a sua expansão.

3.2. — *Matas.*

A presença de matas para compor uma propriedade canavieira, fazia-se necessária pelo grande consumo de lenhas para as fornalhas do engenho, para a construção dos seus edifícios e para confecção da caixaria, forma de acondicionamento do açúcar mais utilizada pela Província. Em 1835, São Cristovão dispõe de matas

(51). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado de Sergipe — Relação dos Engenhos de Laranjeiras — 1838. Secção de Sebrão Sobrinho.

(52). — Relatório da Comissão encarregada de fiscalizar as obras de limpeza do rio Japarutuba ao Presidente da Província. 1858.

“... na maior parte dos engenhos nos quais há diferentes qualidades de madeiras” (53).

Em 1836, a Câmara de Socorro informa que não há matas consideráveis e apenas alguns pedaços em terras de engenho (54). As antigas matas de que dispunham as zonas litorâneas da Província estavam sendo profundamente sacrificadas desde os inícios da colonização tanto pela ação depredatória dos primeiros povoadores como pela política dos senhores de engenho do século XIX. Em 1836 o presidente da Província (55) chamava a atenção para os prejuízos dessa orientação destruidora, que resultou no sacrifício das matas e se mantinha pelos métodos dos plantadores de algodão, cuja cultura, nessa época, recebia estímulos. Como a lenha era o combustível necessário nas oficinas, para efetuar a evaporação do caldo, diariamente utilizava-se de quinze a quarenta carros de lenha. Assim, as matas cada vez mais rareavam.

Com os esgotamento dos solos de cultura, e sem a utilização de técnicas capazes de reconstitui-los da extenuação de sucessivos plantios, seriam as reservas de matas que poderiam fornecer as novas terras para a lavoura. Em 1840, Wenceslau de Oliveira Bello (56) officia que

“para a edificação dos 433 engenhos que tem hoje a Província, destruirão os primeiros povoadores as matas que haviam; está portanto reduzida a importar taboado para as caixas em que exportão os assúcares e a não ser o uso que fazem geralmente do bagaço de cana, como combustível, estarião a maior parte dos Engenhos privados de trabalhar por falta de lenha”.

Justamente nessa época se verifica a maior fragmentação das propriedades para dar margem à multiplicação dos engenhos. Com uma superfície de cinco e seis léguas quadradas, às margens do Rio Real, em seu trecho não mais navegável, existia a mais extensa reserva de matas da Província. Entretanto em 1851

“... mais da metade está roteada”.

(53). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado de Sergipe — Offício da Câmara de São Cristóvão ao Presidente da Província. 1835. Pacotilha 33.

(54). — *Idem.*... da Câmara de Socorro.

(55). — *Noticiador Sergipense*. Aracaju. nº 78. 1836. Biblioteca Nacional.

(56). — Offício do presidente Wenceslau de Oliveira Belo ao Ministro da Marinha 1840. XM — 67 — Arquivo Nacional.

Diante da devastação das matas abria-se a possibilidade de se formarem novas propriedades canavieiras. Porisso os donos de unidades açucareiras, em dificuldades financeiras, sacrificavam suas matas, para permitir a criação de mais engenhos. Como resultado, em 1851, Laranjeiras está quase destituida de matas,

“... sendo necessário importar para suas construções e até para encaixar-se seu assúcar recebe taboado de caxões do sul da Bahia e de Pinho trazidos da Europa em direitura” (57).

Somente alguns senhores de engenho possuem “pedaços de matas” como em São Cristovão, dentre as quais as mais famosas pertenciam ao coronel Domingos Dias Coelho e Mello (58). Constatamos que alguns deles dispõem de matas bem mais para o interior da Província, afastadas das áreas internas do seu engenho. Não seria essa uma das soluções, para o aproveitamento total da reduzida área que podiam dispor para a plantação da cana-de-açúcar em áreas que lhe eram propícias? Pela compressão exercida sobre essas terras, não pareceria mais vantajoso à política imediatista dos senhores de engenho manter áreas de matas fora do circuito da propriedade?

Quando a produtividade descia a um nível não compensador, tornava-se menos oneroso destruir as matas e abrir novas áreas de cultura em solos virgens do que melhorar os processos de cultivo. Pouco a pouco, e em alguns casos, a presença de matas poderia estar dissociada de uma fazenda de cana-de-açúcar.

3.3. — *Pastagens.*

A possibilidade de dispor de terras próprias, para a pastagem do gado destinado ao transporte da cana do terreno de plantio ao engenho e, em muitos casos, ao movimento da moenda, devia também ser ponderado ao se formar uma fazenda. Quando o engenho não ficava às margens de rios, era no lombo de muares ou nos carros puxados por bois que se fazia o transporte do açúcar encaixado. Dessa forma, não poderiam deixar de existir terras de pastagem para esse gado intimamente ligado aos trabalhos da propriedade. Com o entusiasmo pela cultura da cana e seu beneficiamento, muitas dessas soltas foram transformadas em fazendas canavieiras. Seriam elas responsáveis também pela ampliação de área de cultura da cana nas regiões litorâneas. Em

(57). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado — officio da Câmara de Laranjeiras ao Presidente da Província. 1851 — Pacotilha 848.

(58). — *Idem*... Câmara de São Cristovão.

1863, Jacinto Mendonça ressaltava justamente esse aspecto da expansão da cultura canavieira em detrimento das áreas de pastagem. Dizia ele:

“... a indústria agrícola tende a invadir o terreno arável ocupado atualmente com pastagem: e em futuro breve os gados destinados à cultura das terras, ao movimento das máquinas, ao transporte dos produtos, à viação terrestre e à alimentação pública, não acharão pasto suficiente à reparação das forças...” (59).

Já em 1836 não há fazendas de animais de espécie alguma em Santa Luzia

“... por não ser o território vasto” (60).

As vantagens da lavoura canavieira estavam afastando a criação de gado dessas áreas. Por isso, nessa região

“cada um proprietário possui conservação de sua fábrica o necessário para o tráfico de seu trabalho e economia de sua família” (61).

Em média um engenho movido por animais concentrava em suas pastagens sessenta animais. Impulsionados por essa força motriz a Província ainda possuía quinhentos e oitenta e cinco engenhos, em 1881, de um total de setecentos e vinte e cinco máquinas para obtenção do açúcar.

Esses animais de engenhos, pela ausência de demarcações, às vezes eram motivo de litígio entre vizinhos. Notadamente quando a vizinhança era constituída de agricultores, a pressão exercida pelo gado do engenho significava verdadeira catástrofe pelos prejuízos e conflitos que gerava. Representações foram feitas em 1819 ao Rei pelos agricultores de Itabaiana que reclamavam os estragos causados pelas gramíneas dos engenhos vizinhos (62).

(59). — Relatório de João Jacinto de Mendonça — 1863. Arquivo Público de Sergipe.

(60). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado de Sergipe. ofício da Câmara de Santa Luzia ao Presidente da Província. Pacotilha 33.

(61). — *Ibid.*

(62). — Ofício da Câmara da Vila de Itabaiana ao Rei D. João VI. Ago. 3 — 1819 — Arquivo Nacional — Seção Histórica.

Para compensar a redução dos pastos que o aumento dos engenhos encetava, os resíduos dos processos de purificação eram largamente utilizados para o sustento dos animais. Considerando uma produção anual, em 1862, de 1.563.766 arrobas de mel (regularmente obtinha-se uma canada por arroba de açúcar) somente 1.542.942 canadas eram consumidas na Província. Essa aplicação do mel como alimento do gado era muito favorecido pelo baixo preço do produto, que não compensava o seu transporte até os portos de embarque feito por alto custo.

Quando Pedro Andrade fazia promoção das suas máquinas de fazer açúcar à vapor, chamava atenção sobre as vantagens que trariam com a dispensa de uma boa proporção dos animais mantidos nos pastos da propriedade. Seria uma economia de dois terços dos terrenos ocupados em pastos para o sustento do gado da fábrica.

* *

*

3.4. — *Culturas Subsidiárias.*

Para a concessão de terras, exigia-se a

“obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde o primeiro ano de concessão” (63).

Nem sempre se verificou o cumprimento desse preceito. Quando os centros urbanos começam a se constituir em maior número, são tomadas providências que levam os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos que garantam a subsistência da população concentrada nos engenhos. Em 1875, a Câmara de Santa Luzia faz referências sobre a produção da mandioca no município,

“plantando as casas do engenho esse legume para a sustentação da escravatura” (64).

Divina Pastora sempre teve uma expressiva produção de cana-de-açúcar. Em 1861, somente repartia a exclusividade do seu cultivo com a mandioca plantada,

(63). — PRADO Júnior (Caio), *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 13ª ed. São Paulo, 1970.

(64). — ARACAJU, Arquivo Público do Estado de Sergipe, ofício da Câmara de Santa Luzia ao Presidente. 1875. Pacotilha 516.

“só para subsistência porque os proprietários de cana possuem quase todos os terrenos”.

O aumento do número de propriedades dedicadas ao plantio da cana-de-açúcar se fez também em detrimento das áreas ocupadas com o cultivo de mantimentos, principalmente da mandioca, maior produtor agrícola de concorrência à cana. Esse sacrifício provocou períodos de fome que, muitas vezes, sobreveio sobre a região, como em cravos da Província atingidos pela “*cólera-morbis*” levaram o senhor 1857. O aumento do preço do açúcar e a redução do número de este engenho a orientar todas as suas reservas de trabalho para a obtenção do açúcar.

“Ai esses engenhos onde out’ora se cultivavam também os legumes, hoje pela falta d’escravos todo trabalho converge para o fabrico do principal germen da exportação. Os próprios Senhores d’engenhos comprão a farinha e a carne de xarque que se ve d’alimentação de suas escravaturas e agregados” (65).

Esse afastamento dos engenhos em manter suas próprias roças precipitou em meados do século a crise da alta de preços dos produtos de consumo alimentar já que esses gêneros passaram a ser apenas cultivados por

“lavradores pobres privados de capitais e de braços que os auxiliem” (66).

* *

*

INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a *Kátia M. de Queirós Mattoso* (Universidade Católica de Salvador-Bahia).

Pergunta:

“1). — A multiplicação dos engenhos na primeira metade do século XIX seria uma indicação de ampliação da área de cultivo da cana de açúcar ou uma tendência ao desenvolvimento de antigos en-

(65). — *ARACAJU* — Arquivo Público do Estado — Relatório do Presidente da Província ao Imperador D. Pedro II. Fev. 11 — 1858. G1 248 p. 112.

(66). — *Ibid.*

genhos, desmembramento ligado à abolição na década de 1830 da instituição do morgadio?”

Disse:

“2). — Queria assinalar a existência no Arquivo Público da Bahia de um livro de matrícula de engenhos de 1807 em que são registrados os Engenhos de Sergipe.”

*

Do Prof. *Luís Mott* (Universidade Estadual de Campinas.SP).

Pergunta:

“Quais as fontes para as datas utilizadas na análise da obtenção do número de engenhos de Sergipe entre 1808 e 1881?”

Informa:

“Confirmo a informação pela Autora de que em Santa Luzia no começo do século XIX a principal fonte de renda era a produção de farinha, exportando inclusive para a Bahia, enquanto que nos meados do século XIX a situação se inverte pela carência de farinha inclusive em Santa Luzia.”

*

Da Prof.^a *Angelina Nobre Rolim Garcez* (Universidade Federal da Bahia).

Indaga:

“Ficou dito que a lavoura canavieira em Sergipe conheceu o processo de evolução da pequena ocupação da terra para a grande ocupação mediante a sucessiva adição de novas áreas. Como ficou dito também que não havia terras devolutas, como isso pode ocorrer?” (*).

(*). — A autora da comunicação deixou de enviar à Mesa, por escrito, as respostas que deu em plenário (*Nota da Redação*).

* *

*

RESPOSTAS DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA SANTANA DE ALMEIDA.

À Profa. *Kátia Mattoso*.

1). — A evolução bem pronunciada do número de engenhos da Província nos meados do século XIX tanto pode ter se verificado pela expansão em novas áreas quanto pelo fracionamento dos antigos engenhos por influência do novo sistema de transmissão da herança. Uma observação das áreas de desenvolvimento dos engenhos evidencia que no início do século a ocupação se fazia principalmente em regiões mais próximas do litoral ou/e às margens dos rios. Nos meados do século, a expansão verificada introduz nesse quadro da cultura canavieira zonas mais interiorizadas como Itabaianinha, Buquim, Capela, Nossa Senhora das Dores. Como já ressaltamos, se o engenho possuía um tamanho capaz de possibilitar o seu desmembramento, por herança ou venda uma nova unidade agrícola poderia se formar numa área já ocupada pela cana de açúcar.

2). — Agradecemos esta informação. Nada conhecemos ainda sobre a documentação existente nos arquivos da Bahia sobre Sergipe. Uma relação completa dos engenhos sergipanos no começo do século significará uma valiosa contribuição para o conhecimento de uma fase de documentação ainda muito esparsa.

*

Ao Prof. *Mott*.

Antônio Marcos de Souza através da “Memória da Capitania de Sergipe” nos indicou os dados referentes ao ano de 1808. Na “Relação dos Engenhos pertencentes aos termos de Estância e Santa Luzia”, obtivemos as informações sobre essa zona, no ano de 1837. Do ano de 1823 existe no Arquivo Público do Estado de Sergipe, secção Sebrão Sobrinho, uma “Relação dos Engenhos Matriculados da Província”. No Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe em 27 de fevereiro de 1856 ao Ilmo Sr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo Vice-Presidente Exmo Sr. Barão de Maruim conseguimos uma relação dos engenhos no ano de 1856. Da correspondência de várias Câmaras Municipais extraímos os dados referentes a 1875 (Pacotilha 419 — Arquivo Público do Estado). E,

finalmente, um “Mapa Estatístico dos Engenhos pertencentes aos diversos municípios da Província de Sergipe” (Pacotilha 418 A.P.E.S.) revelou as informações que utilizamos para o ano de 1881.

*

À Profa. *Angelina Garcez*.

Na realidade evidenciamos que houve uma ampliação da área de ocupação da lavoura canieira em Sergipe a partir da segunda década do século XIX. Sem dúvida, essa expansão se fez em detrimento das matas litorâneas, das pastagens e das culturas de subsistência. As declarações da inexistência de terras devolutas pelas Câmaras Municipais das zonas de ocupação mais antigas não podem ser consideradas em termos absolutos. Muitas delas eram fruto do receio da ocupação das suas terras por colonizadores orientados pelo Governo.